

Gabinetes ocultam balcões de negócios

CONGRESSO

Casos de assessores dos ex-vice de Cardoso e Lula são freqüentes entre funcionários do governo e parlamentares, como o deputado Pedro Abrão, cujo companhia de táxi aéreo usa telefone oficial

JOÃO DOMINGOS

BRASÍLIA — O senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) saiu da chapa de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) por causa do assessor Carlos Abraão de Moura, que confessou ter usado o gabinete do ex-vice tucano para forjar emendas de interesse da construtora Sérvia, da qual recebia propinas. O senador José Paulo Bisol (PSB-RS) conseguiu explicar ao PT as emendas superfaturadas ao Orçamento da União e os empréstimos privilegiados, mas não soube dizer ao candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por que manteve em sua companhia, por mais de um ano, o assessor Pedro Matsumi, cujo salário ninguém sabe quem paga, até hoje. Como Palmeira, Bisol também caiu.

Os casos desses dois assessores, que transformaram os gabinetes dos parlamentares aos quais serviam em balcões de interesses particulares, não são os únicos. Muitos funcionários de gabinete utilizam os nomes de senadores e deputados como trampolim para enriquecer ou ingressar na vida pública. Exemplos no Congresso são muitos. Há também casos em que o parlamentar é que transforma o gabinete em balcão. O deputado Pedro Abrão (PP-GO) publicou o número do telefone de seu gabinete como se fosse o de sua companhia de táxi aéreo.

O fantasma do assessor que, embora de absoluta confiança, usa o cargo para negócios particulares, está assustando deputados e senadores. Para o líder do PMDB no Senado, Mauro Benevides (CE), a participação de auxiliares diretos em negociações fará com que o servidor de carreira do Congresso passe a ser valorizado. "Chegou a hora de optarmos pelo funcionário de carreira, que passa por uma fortíssima triagem, antes de assumir o posto", disse ele. Abraão e Matsumi, os assessores que atrapalharam as vidas de Palmeira e de Bisol, não eram funcionários do Legislativo. O primeiro foi requisitado ao Tribunal de Contas de Alagoas. O segundo, embora não se tenha divulgado a qual órgão pertence, é ligado a uma televisão de São Paulo.

O presidente da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), afirmou que a Corregedoria Legislativa deve investigar todo parlamentar que usar ou permitir o uso do gabinete para negócios particulares. Mas o controle é deficiente numa casa que não consegue nem saber, com exatidão, os nomes dos deputados gazeteiros. Os ex-deputados Onofre Correa (PFL-MA) e Artenir

Werner (PFL-SC), por exemplo, fizeram de seus gabinetes balcões de vendas de camisetas, principalmente em época de eleição. Não responderam a nenhuma sindicância.

O diretor-geral da Câmara, Ademar Sabino, afirma que a requisição de assessores se dá sem critério algum. O próprio parlamentar interessado em ter o funcionário é que faz o pedido à direção da Câmara. Esta apenas homologa o contrato. Sabino calcula que a Câmara tem, atualmente, cerca de 800 servidores requisitados aos governos estaduais, a prefeituras e à própria União. Os funcionários requisitados acumulam os salários das repartições de origem com os dos servidores dos gabinetes parlamentares.

No Senado, a requisição do servidor de outra instituição se dá de forma diferente da que ocorre na Câmara. O diretor-geral do Senado, Manoel Vilela, informa que para a requisição o senador deve dispor de uma das três vagas a que tem direito, para os cargos de confiança do gabinete, sem vínculo de emprego com o Congresso.

Ao chegar ao Senado, o servidor tem o direito de optar pelo salário do Congresso, se este for maior do que o que recebe na origem. Caso contrário, continua recebendo salário do órgão que o emprestou.

O caso mais recente de funcionário de parlamentar que faz do gabinete do chefe o seu negócio

foi revelado na segunda-feira, num flagrante da Polícia Federal. Gerard Jean Trechaud, funcionário e sogro do deputado José Elísio Curvo (PL-MT), tentava subornar com R\$ 40 mil o chefe do Departamento de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Odenir Pinto de Oliveira, para que autorizasse a extração de madeira em terras indígenas, no Vale do Guaporé, perto de Cuiabá.

Se nem os vices dos dois candidatos favoritos à Presidência escaparam de escândalos por causa de assessores, a desconfiança é geral entre parlamentares de menor renome. Isto porque, pela experiência acumulada na atividade legislativa, os políticos notam que ninguém está a salvo. Logo após fazer o relatório da CPI do caso PC e votar pelo impeachment do ex-presidente Fernando Collor, o senador Amir Lando (PMDB-RO) viu-se enrolado pela atuação de um funcionário. Reinaldo Magalhães Redorat ocupava seu gabinete também como assalariado da Prefeitura de Pimenta Bueno (RO), para acompanhar projetos, processos e prestação de serviços de interesse do prefeito.

José Paulo Lacerda/AE-21/10/93



O caso mais famoso: atividades de Alves feriram cinco artigos do Código Penal e o decoro parlamentar